

# Tecnologias e Estéticas da Comunicação no Brasil 2



Edwaldo Costa  
(Organizador)

# Tecnologias e Estéticas da Comunicação no Brasil 2



Edwaldo Costa  
(Organizador)

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Edwaldo Costa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

T255 Tecnologias e estéticas da comunicação no Brasil 2 /  
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:  
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-493-1

DOI 10.22533/at.ed.931202610

1. Tecnologia. 2. Estética. 3. Comunicação. I. Costa,  
Edwaldo (Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A constante inovação tecnológica tem produzido o ininterrupto avanço da estética comunicacional. Tal fato induz a reflexão sobre como uma age sobre a outra, como se interligam e como evoluem em conjunto.

Novos pensadores se debruçam sobre os inúmeros aspectos de técnicas que conectam à informação e à comunicação, refletindo sobre o aprimoramento, as vantagens e desvantagens decorrentes desta implexa e vasta gama de dados.

Essas reflexões podem ser encontradas na coleção Tecnologias e Estéticas da Comunicação no Brasil, que chega ao seu segundo volume.

Desta feita, são dezenove artigos, que abordam temas como a descaracterização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) durante a gestão do presidente Michel Temer, a (Des)Informação na imprensa brasileira, até os memes, como ressignificação de discursos até então dominantes.

O marketing eleitoral, a partir da revolucionária campanha de Barak Obama à Presidência dos Estados Unidos, e o ensino da construção de documentários, são outros aspectos da comunicação social que são ofertados neste volume juntamente como temas que envolvem a engenharia didática da comunicação, narrativas jornalísticas, estéticas, linguagem simbólica, mídias, práticas socioculturais, migrantes venezuelanos, signos, estereótipos, cibercultura, tecnologias da informação, discursos ideológicos, transmídia, empoderamento, gênero entre outros.

Ampliar a noção de tecnologias e estéticas da comunicação no Brasil nos permite, também, conhecer e questionar novas fronteiras entre determinados conceitos tais, já que, nas práticas e teorias emergem o tempo todo. É a partir destas inquietações que buscamos compartilhar novas descobertas teóricas e práticas.

Edwaldo Costa

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DESCARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC COM O FIM DO CONSELHO CURADOR	
Luciene Pazinato da Silva Vera Michalany Chaia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A DONZELA ESTEREOTIPADA: UM ESTUDO DE RECEPÇÃO DO GRUPO <i>IRON MAIDEN</i> NOS PORTAIS G1 E R7	
Fábio Cruz Estevan Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
A ENGENHARIA DIDÁTICA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL: APRESENTAÇÃO DE UM DISPOSITIVO PARA O ENSINO DO DOCUMENTÁRIO AUDIOVISUAL	
Gisele Maria Souza Barachati Thiago Vasquez Molina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
XENOFOBIA CONTRA MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS ESTIMULADA PELA DESINFORMAÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL	
Edwaldo Costa Nilson Lage Suélen Keiko Hara Takahama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>59</b>
A NARRATIVA DO EU NO JORNALISMO DE CELEBRIDADES	
Rogério Pereira Borges Maria Ritha Ferreira da Paixão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>75</b>
ANGELUS NOVUS: CÉU SOBRE BERLIN - ERFARHRUNG X ERLEBNIS	
Ricardo Tsutomu Matsuzawa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026106</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>87</b>
AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS CULTURAS POULARES: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO OU DE ALIENAÇÃO?	
Fabiana Nogueira Chaves Maurício Pimentel Homem de Bittencourt	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026107</b>	

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>96</b>
BEM-VINDO AO CLUBE: ANÁLISE DO POTENCIAL IDEOLÓGICO NO DISCURSO HARDCORE	
Samanta Cardoso Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026108</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>116</b>
CIBERCULTURA, AUTOMAÇÃO E BIG DATA: A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A COMUNICAÇÃO E A SOCIEDADE	
Wallace Chermont Baldo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9312026109</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>129</b>
EMPODERAMENTO FEMININO: A MULHER NOS HQ'S CONTEMPORÂNEOS E OS MOVIMENTOS DE FÃS CONTRA A SEXUALIZAÇÃO DAS HEROÍNAS	
Fernanda Rodrigues de Menezes Ana Paula Bragaglia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93120261010</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>142</b>
DO RÁDIO À TRANSMÍDIA: A RELAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DO GÊNERO SERTANEJO	
Rone Fabio Carvalho Junior Maria Sueli Ribeiro da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93120261011</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>157</b>
JOGO DIGITAL E CIBERCULTURA. A COMUNICAÇÃO UBÍQUA DOS JOGADORES DE <i>INGRESS</i>	
Guaracy Carlos da Silveira Marcus Nudelman Trugilho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93120261012</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>175</b>
MEMES E CONTRACULTURA: A RECONFIGURAÇÃO DE NARRATIVAS HEGEMÔNICAS NA SEMIOSFERA	
Tássia Aguiar de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93120261013</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>186</b>
O BARÁ BARÁ DA ALTA CULTURA, O BERÊ BERÊ DA BAIXA CULTURA COBERTURA DO GRUPO GLOBO SOBRE A MORTE DE CRISTIANO ARAÚJO	
Taissa Maia Yke Leon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93120261014</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>200</b>
OS MEMES DE INTERNET E O DEBATE SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIAGRAMA DE LAWRENCE GROSSBERG Thiago de Assumpção Fernandes Barbosa DOI 10.22533/at.ed.93120261015	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>214</b>
REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA PUBLICIDADE DE BRINQUEDO PARA O DIA DAS CRIANÇAS Patrícia Oliveira de Freitas DOI 10.22533/at.ed.93120261016	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>227</b>
YES WE CAN: COMO BARACK OBAMA REVOLUCIONOU SUA CAMPANHA ATRAVÉS DO MARKETING ELEITORAL ONLINE Yara Therezinha de Almeida Lozano Eliane Ribeiro Costa DOI 10.22533/at.ed.93120261017	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>235</b>
DRIBLANDO O PADRÃO FIFA: O PROTESTO DO GRUPO PUSSY RIOT NA FINAL DA COPA DO MUNDO 2018 NO INSTAGRAM STORIES Lucas Rocha DOI 10.22533/at.ed.93120261018	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>247</b>
ALGUNS USOS DAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO POR MIGRANTES E REFUGIADOS EM CURITIBA, BRASIL Álvaro Maximiliano Pino Coviello Elisabetta Gola DOI 10.22533/at.ed.93120261019	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>259</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>260</b>

# CAPÍTULO 1

## A DESCARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC COM O FIM DO CONSELHO CURADOR

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 05/08/2020*

### **Luciene Pazinato da Silva**

Uninter

Curitiba-PR

<http://lattes.cnpq.br/7905211002290022>

### **Vera Michalany Chaia**

PUC-SP

São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/2351981436811918>

**RESUMO:** Com o governo imposto de Michel Temer (MDB/SP), em setembro de 2016, ocorre, às pressas, a reforma da radiodifusão pública brasileira com a MP 744/2016, alterando a Lei nº 11.652/2008 de criação da Empresa Brasil de Comunicação. A Empresa, é gestora, em âmbito federal, do sistema de comunicação pública federal, criada a partir do princípio de complementaridade da radiodifusão privada, pública e estatal, de acordo com o artigo 223 da Constituição Federal de 1988. O presente artigo apresenta as discussões realizadas pela Comissão Mista da Câmara e do Senado sobre a EBC, de setembro a dezembro de 2016, e o entendimento do que foi aprovado sobre os princípios e objetivos da mídia pública no Brasil na esfera federal. Foram transcritas as três audiências públicas da Comissão Mista para instruir a matéria, que, dentre os itens de alteração à lei, propunha a retirada do Conselho Curador, cuja função, a partir de representantes da

sociedade, era de deliberar sobre a linha editorial e de programação e a alteração no mandato de diretor-presidente da Empresa EBC. Dois pontos que descaracterizam o caráter público até então seguidos. Nas comissões, os representantes das instituições do setor de audiovisual, entidades de classes, pesquisadores e comunicadores que alertavam sobre a gravidade das mudanças propostas, o que resultou num retrocesso do que vinha sendo trilhado nos últimos 10 anos com a publicação da Lei nº 13.417/2017.

**PALAVRAS-CHAVE:** Radiodifusão Pública; Mídia e Política; Comunicação Política.

### DECLARATION OF THE BRAZILIAN COMMUNICATION COMPANY - EBC WITH THE END OF THE CURATOR COUNCIL

**ABSTRACT:** With the imposed government of Michel Temer (MDB/SP), in September 2016, the reform of Brazilian public broadcasting with MP 744/2016 occurs, in haste, changing Law nº 11.652 / 2008 of the creation of Empresa Brasil of communication. The Company manages, at the federal level, the federal public communication system, created based on the principle of complementarity of private, public and state broadcasting, in accordance with article 223 of the 1988 Federal Constitution. This article presents the discussions carried out by the Mixed Committee of the Chamber and the Senate on the EBC, from September to December 2016, and the understanding of what was approved on the principles and objectives of public media in Brazil at the federal level. The three public hearings of the Joint Committee were transcribed

to instruct the matter, which, among the items of amendment to the law, proposed the withdrawal of the Board of Trustees, whose function, based on representatives of society, was to deliberate on the editorial line and schedule and the change in the mandate of the CEO of the EBC Company. Two points that de-characterize the public character hitherto followed. In the commissions, the representatives of the institutions of the audiovisual sector, class entities, researchers and communicators who warned about the seriousness of the proposed changes, which resulted in a reversal of what had been followed in the last 10 years with the publication of Law No. 13,417 / 2017.

**KEYWORDS:** Public Broadcasting; Media and Politics; Political Communication.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em maio de 2016, o vice-presidente da República Michel Temer – MDB/SP assume interinamente o cargo de presidente. Uma das primeiras providências foi a exoneração do diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação–EBC, Ricardo Melo. Daquele período a setembro, Melo tentou junto ao STF anulação de sua exoneração, argumentando o direito de permanecer no cargo, conforme a Lei de criação da EBC, nº 11.652/2008, que assegura o mandato de quatro anos ao diretor-presidente, buscando preservar a independência dos canais públicos em relação às mudanças do poder político, como afirma Cruvinel (2016).

A autora ressalta que no Decreto n. 6.689/2007, dos estatutos da Empresa, o Parágrafo Segundo do inciso II, diz que: “É de três anos o prazo de gestão da Diretoria Executiva, exceto o Diretor-Presidente, que terá mandato de quatro anos, permitida a recondução”. Cruvinel (2016), que foi a primeira presidente da EBC, repudiou a decisão de Michel Temer, pois a lei busca garantir ao sistema brasileiro de comunicação pública, protegendo seu principal gestor de pressões políticas que desvirtuariam sua finalidade.

Assim, o novo diretor-presidente indicado por Temer foi o jornalista Laerte Rimoli, ex-coordenador de Comunicação da campanha do senador Aécio Neves–PSDB/SP, durante a última corrida presidencial em 2014, e ex-diretor de Comunicação da Câmara dos Deputados, durante a gestão de Eduardo Cunha, MDB/RJ (2015-2016). Rimoli passa a ocupar o cargo quando Temer assume definitivamente, em 31 de agosto, a presidência, publicando em 02 de setembro a MP 744/2016. Esta altera a Lei nº 11.652/2008, de criação da Empresa, conforme Ruiz (2017, p.04-05) “alterou radicalmente o estatuto da EBC, com destaque para dois pontos: 1) a extinção do Conselho Curador; 2) a não garantia do mandato de quatro anos pra o diretor-presidente, passando a ser livremente nomeado e exonerado pelo presidente da República.”

A partir da MP, iniciou-se a condução dos trabalhos de alteração à lei. A pedido dos parlamentares de oposição, Partido dos Trabalhadores –PT e do Partido

Rede Sustentabilidade–REDE, formaram-se as Audiências Públicas para instruir a matéria. Foram realizadas três delas, a partir de uma Comissão Mista e que aconteceram em novembro e dezembro de 2016. Ressalte-se que a existência de Conselho Curador e o cargo do diretor-presidente da Empresa são exatamente os dois pontos mais incisivos do que é a comunicação pública no Brasil e os mais polêmicos nos debates, conforme será mostrado.

Após sancionada a nova Lei nº 13.417/2017<sup>1</sup> da estrutura da EBC, a própria base governista, em discurso no plenário, fez críticas ao governo Temer por ter emitido vetos ao texto da lei, tornando a EBC uma empresa de comunicação estatal.

## 2 I ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA EBC

Com base nos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública federal, explorados pelo Poder Executivo, a Empresa Brasil de Comunicação – EBC S/A foi criada por Medida Provisória em 2007, e passou a ser aprovada na forma da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; na época, estava vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

A partir da nova Lei, nº 13.417/2017, a Empresa passa para a Secretaria-Geral da Presidência da República e será administrada por um Conselho de Administração – CONSAD e por uma Diretoria Executiva. A empresa conta, em sua composição, com um Conselho Fiscal e um Comitê Editorial e de Programação, órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade, de natureza consultiva e deliberativa (site EBC).

A EBC foi pensada tendo como base jurídica o artigo 223 da Constituição Federal Brasileira, de 1988<sup>2</sup>, Capítulo V, Da comunicação Social, que contempla o princípio de complementaridade do sistema de comunicação:

Art. 223- Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Fazem parte da EBC: TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, e gerência, mais oito emissoras de rádios, administrando parte da história da radiodifusão no Brasil. São as rádios: 1) Nacional AM do Rio de Janeiro, de 1936, com programação plural; 2) Nacional FM Brasília, de 1976, com noticiários e cultura; 3) Nacional AM Brasília, de 1958, de utilidade pública; 4) Nacional da Amazônia, de 1977, que integra a região com o país; 5) Nacional do Alto Solimões, de 2006, na região da Tríplice Fronteira – Brasil, Colômbia e Peru; 6) MEC FM Rio de Janeiro,

<sup>1</sup> Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017, altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

<sup>2</sup> Seção II, Título VIII- Da ordem social, Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Capítulo V, Da Comunicação Social, Artigo 223.



de 1953, com música clássica e vanguarda; 7) MEC AM Rio de Janeiro, de 1923, educação e cultura brasileiras; e 8) MEC AM Brasília que retransmite a programação da Rádio MEC FM do Rio de Janeiro (site da EBC).

A Empresa também presta serviços de comunicação governamental para os canais TV NBR e o programa de rádio *a Voz do Brasil*, e é responsável por administrar a Rede Nacional de Comunicação Pública – RNCP (site da EBC).

Dentre esses sistemas de comunicação e suas estruturas comunicacionais, a EBC herdou a antiga Radiobrás, emissoras de televisão e de rádio, e a Agência Brasil – com a TVE carioca controlada pela Fundação Roquete Pinto que, além da TV, contava com a Rádio MEC e a TVE-Maranhão (RUIZ, 2017).

A mídia pública brasileira, de acordo com CARVALHO (2016), tem movimentado o meio acadêmico, impulsionado pelas iniciativas em esferas governamentais, da sociedade civil ou mesmo acadêmica. A iniciativa de governos estaduais foi a criação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais–ABEPEC em 1998. Um ano depois, foi constituída a Rede Pública de Televisão para “congregar emissoras públicas que operam exclusivamente a radiodifusão de conteúdo de natureza educativa.” Em 2006/2007, houve a realização do Fórum Nacional de TVs Públicas, organizado pelo Ministério da Cultura, no qual o governo federal constitui uma rede nacional pública que tem como principal motor a Empresa Brasil de Comunicação (Carvalho, 2016, p.144-145).

O autor aponta algumas organizações ligadas à democratização dos meios de comunicação, nos últimos anos, como o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC, os profissionais ligados à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, os trabalhos acadêmicos do Coletivo INTERVOZES, a Universidade de Brasília e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e de pós-graduação em comunicação que criaram o Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, com foco na situação brasileira.

Na lista de entidades envolvidas na temática da comunicação pública, ressalta-se o Observatório da Comunicação Pública – OBCOMP, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E, recentemente, a Faculdade de Comunicação da UNB e Grupo de Trabalho Políticas Estratégicas de Comunicação da INTERCOM lançaram o livro “Em defesa da comunicação pública” coletânea de 33 entrevistas inéditas com pesquisadores e especialistas do Brasil que discutem desafios e práticas da comunicação pública brasileira.

A chamada para a elaboração do livro ocorreu após uma série de medidas do governo federal que enfraqueceram a comunicação pública no país, ocorridas após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e da posse de Michel Temer. Segundo os organizadores, é papel da Academia “manter o vigor das pesquisas, dos debates, da

Sobre sistemas públicos de comunicação, há uma diversidade de definições, caracterizações e abordagens para o segmento. Na literatura sobre o tema, os conceitos tomam como objeto tanto o serviço quanto o sistema. Para estabelecer um quadro amplo, o autor enfatiza, para efeito prático, a acepção sintetizadora das diversas expressões, usando o termo “mídia pública” Valente (2009, p. 25-6).

O Brasil teve como marco do nascimento, continua Valente (2009, p. 42-44), de sua radiodifusão, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, de 1936. O segundo grande marco foi a aprovação da Constituição Federal de 1988, artigo 223, ao estabelecer que, para se conceder outorgas, deve-se observar a complementaridade dos sistemas públicos, estatal e privado – ou seja, seria um sistema público diferenciado tanto do privado quanto do estatal.

O terceiro grande marco foi a EBC, para operar uma “efetiva mídia pública”. Criada pela Lei nº 11.652/2008, faz menção ao artigo 223 da Constituição Federal de 1988, no início da Lei da EBC: “institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração direta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC” (BRASIL, 2008 apud VALENTE, 2009, p. 44).

A respeito da criação da EBC, o autor (idem, p. 269) afirma que “a criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas”.

Para Bucci, o advento da EBC impulsionou e qualificou o debate sobre a cultura de comunicação pública não governamental, apesar da Empresa estar sob o jugo do Planalto. Assim as prerrogativas poderão ser acionadas, o que afeta o esforço de criar e manter a independência editorial, afirma Bucci (2015, p. 114).

É o caso do CONSAD, segundo o autor (idem, p. 144-5), que está na estrutura organizacional da EBC, com o poder, de fato, elege – e destitui, se assim o decidir – os seis diretores da empresa. O diretor-presidente e o diretor-geral, por sua vez, são escolhidos pelo presidente da República. Como os cinco membros do CONSAD são indicados pelo Poder Executivo (ministérios ou pelo próprio presidente da República), e não há possibilidade de decisões que contrariem as diretrizes dos ministros e do presidente da República.

Na análise de Bucci (2015) o Conselho Curador é diferente, não existindo na velha Radiobrás. Isso representou um avanço de grande envergadura. Embora designado pelo presidente da República, as funções do Conselho são mais consultivas, o que traz um arejamento. O Conselho tem poder para, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, emitir voto de desconfiança à diretoria ou a

um de seus diretores, o que é, na visão do autor, um alento. A segunda advertência resultará em afastamento do diretor e toda a diretoria.

Um erro para Bucci (2015, p. 115-6) foi manter a EBC com vínculo funcional da estatal com a Secom, que tem *status* de ministério (na atual Secretaria Geral da Presidência da República). A disposição do governo era construir um grupo de emissoras verdadeiramente públicas e não mais um aparato de propaganda oficial; a EBC deveria estar vinculada ao Ministério da Cultura – MinC, lógica natural em vários países, devido à afinidade com o escopo de atividades culturais.

Outra crítica de Bucci (2016, p. 116-7) é que a Secom tem a prerrogativa de indicar o presidente do CONSAD da EBC, autoridade que zela pela boa imagem do presidente da República, o que, na visão do autor, contamina as relações com a EBC. A Secom também contrata e supervisiona a veiculação da publicidade oficial do governo, sendo um ente anunciante e também responsável por centralizar as atividades da EBC; a Secom é anunciante e radiodifusora, o que pode acarretar conflitos de interesses. E questiona: sendo a Secom assessora da presidência da República, como irá atuar na centralização de um complexo de emissoras que se pretende público (não estatal).

### **3 I REUNIÕES DA COMISSÃO MISTA PARA A TRANSIÇÃO REGRESSIVA**

Após a publicação da MP 744 no Diário Oficial da União – DOU, em 02 de setembro de 2016, iniciam-se no Senado a tramitação da matéria e o processo de designação da Comissão Mista.

Em 22 de novembro, na 2ª. Reunião da Comissão Mista, foi aprovado o Plano de Trabalho, da MP 744/2016, tendo como relator o senador Lasier Martins, do Partido Social Democrático –PSD/RS. Nesse Plano, incluiu-se proposta de realização de três audiências públicas, dando sequência às discussões e votações da MP, estendendo-se até o início de dezembro.

Foi incluído também convite a autoridades políticas do governo Temer, membros de entidades do setor audiovisual, jornalistas, professores e pesquisadores da área de comunicação, membros do conselho curador da EBC.

A seguir, descrição, análise e depoimentos dos integrantes das três audiências públicas ocorridas nos dias 24 e 29 de novembro e 08 de dezembro de 2016 e, transmitidas pela TV Senado.

#### **3.1 Primeira Audiência Pública – 24 de novembro de 2016**

Foi marcada pelo debate entre Ricardo Melo, o ex-presidente da EBC, e Laerte Rimoli, atual diretor-presidente, bem como com o relator da comissão. Rimoli inicia a fala criticando a gestão anterior no uso dos recursos financeiros:

[...]Baixou em R\$ 38 milhões um déficit de R\$ 94 milhões. O Conselho Curador interferia na Administração da Empresa e não cuidava da programação. [...] Estão fazendo PDV, 1/3 de 2.150 funcionários concursados e mais 420 de livre provimento, esperamos aderir. [...] uma manipulação interna, petulância. A EBC estava entregue a um grupo político, vou entregar ao telespectador. [...] quero devolver o status de Empresa de Comunicação Pública, a Rede Pública, rede que foi esfacelada.

Em sua fala, Melo argumenta sobre os recursos financeiros, quando a Empresa deveria utilizar-se do FISTEL<sup>3</sup>. E retoma o princípio da comunicação pública a ser exercido pela sociedade, com a existência do Conselho Curador; porém, segundo ele, vive-se um retrocesso,

[...] A partir do momento que você exclui, elimina, desmantela o Conselho Curador, [...] você esta destruindo o alicerce fundamental de uma empresa que se pretende comunicação pública. [...] isso não implica que a EBC não tenha problemas.

[...] é uma farsa dizer que a EBC é deficitária. Ela foi criada com base num fundo que não foi um novo imposto mas uma parte do FISTEL. Esse fundo foi contestado pelas operadoras, mas ele já monta um depósito judicial na casa dos dois bilhões que estão retido porque esta sendo contestado na justiça.

Na sequência, o relator senador Martins interpela Rimoli sobre experiência profissional, estrutura da EBC, necessidade de funcionários, a audiência da TV Brasil e folha de pagamento. Sobre a programação e se a EBC está entregue a um grupo político-partidário; se na, gestão de Rimoli, não mudaria de lado,

O [modelo] atual tem um complexo bem montado de comunicação, profissionais de qualidade. O Conselho Curador estava deturpado, não agia como tal. Sugiro que possa surgir um que cuide de programação e não de invadir a administração, não de ajudar o rombo da empresa que já é grande. [...] Houve uma inibição de massa de trabalhadores da EBC, [...] gastou recursos escolhidos devida a afinidade com o governo do PT. [...] A produção independente vem da ACERP [...], material de produção da grade que não temos controle, que é irregular, é objeto de auditoria interna. [...]

O relator interpela sobre o papel do Conselho Curador: a programação dependia mais do Conselho Curador do que dos jornalistas?

[O Conselho Curador] Formado por 22 pessoas, [...] com chamamento público, com gasto médio de 1 milhão de reais [...]. A (ex)-presidenta Rita Freire, só naquele período de janeiro a maio [2016], gastou R\$ 43 mil reais em viagens para fazer o "Fora Temer". [...] A sociedade

---

3 Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, Lei nº 5.070/66, destina a custear as despesas realizadas pelo governo federal no exercício da fiscalização das telecomunicações e o desenvolvimento de novos meios e técnicas para o exercício dessa fiscalização.

tem que estar representada, mas de uma forma que ela não interfira na administração, uma ação entre amigos. [...] O Estatuto da EBC, que propunha um Conselho Curado representante da sociedade civil, e esse se desvirtuou, passou a servir uma causa política. [...] pela lei a grade de programação da TV Brasil, que é o carro-chefe da EBC, só poderia rodar se aprovada pelo Conselho com muito poder para decidir sobre a programação. [...] O Conselho de notáveis, de orientação de partido único [PT], não há diversidade de opiniões.

**Ainda, questiona sobre a audiência da TV Brasil, e qual o órgão mais eficiente do grupo da EBC, e sobre o orçamento; percentual da folha e o que substitui o Conselho Curador, e o presidente da empresa submetido à sabatina do Senado,**

[...] A concepção romântica da TV pública, da EBC ela não se concretizou na prática. O percentual da folha quase 65%.

Sobre o Conselho Curador, que surja um conselho consultivo de programação mais consequente, que não seja um coletivo, com pensamento único, menos gente, até pela situação da empresa, que gasta com o Conselho R\$ 1 milhão por mês [...].

[...] A EBC foi a ponta de lança da disputa política. Um presidente da república que tem uma empresa estatal e não pode nomear o presidente. Isso é um pouco esquisito. [...] Concebida para ser pública, não tem o aporte necessário para ter independência. [...]

**O senador Lasier encerra as perguntas, arguindo que ouviram que a EBC estava muito aparelhada, com custos altos, concursos desnecessários, altos salários, sem correspondente audiência do carro-chefe que é a TV Brasil. Nesse momento, Melo faz novamente uma fala,**

[...] Não estou de acordo, que a empresa era simplesmente um aparelho do governo. 50% dos funcionários da EBC quando criada eram concursadas. Hoje 95% são. [...] durante o impeachment da Dilma, diferente de outras épocas, foi ouvir vozes de setores da sociedade que não tem voz na mídia monopolizada. [...] a gente convidou todo o leque político ideológico existente no país, não aceitaram para não legitimar a existência da TV Brasil enquanto uma emissora pública que abriu espaço para a diversidade, pluralidade e as mais diferentes correntes ideológicas do país [...].

A questão do déficit de R\$ 94 milhões, isso é uma falácia! [interrompido por Rimoli]

Posso falar? Era uma projeção feita no início do ano, daquilo que seria ideal para gente desenvolver a programação, renovar os equipamentos, investir em formação de pessoal e tudo mais. [...] as coisas precisam ser colocadas no lugar. A gente tem gastos que poderiam ter sido acordados.

O senador interpela Melo: quantos meses ficou na EBC; se a TV Brasil vinha cumprindo as finalidades para as quais foi criada, a programação de melhor audiência; uma empresa com custos grandes para as finanças públicas; e se o Conselho Curador funcionava, se o presidente tinha que se submeter muito.

Entreí como diretor de jornalismo em agosto de 2015, maio de 2016 presidente. Fui afastado, o STF me reconduziu ao cargo, fui afastado e reconduzido em edição extra do Diário Oficial da União –DOU, 06 de outubro, 05 meses como presidente [...]

A gente não pode medir os critérios de audiência da TV Brasil comparando com os critérios de audiência que é o principal meio medido da TV comercial [...]. o IBOPE [...] tem um sistema de medição voltado para o mercado publicitário. [...] foi feita pesquisa na época do Franklin e Cruvinel [...] medir audiência da TV Brasil, onde o IBOPE não chega, parabólica, grotões, nordeste. E era de cerca de 3 a 4 pontos. [...]

[...] A TV Brasil, a concepção dela era uma TV pública independente do governo federal [...] . O conselho curador é essencial se você quer ter uma TV pública. [...] As eleições nunca foi muito clara, não tinha critérios claros para eleição de seus membros. [...] o papel fundamental do conselho era zelar pela programação. [...] Você propunha uma grade e submetia ao Conselho que dava opiniões, votava, fixa linhas gerais, uma coisa necessária.

Uma questão posta pelo relator: “Pergunta de consenso: fechar a TV Brasil, há alternativas e por que meios?”

Três coisas sobre a EBC: 1. o Conselho Curador: se você não tem um órgão representante da sociedade que dê as diretrizes gerais, ela passa a responder aos governos de plantão.[...] 2. o presidente ter mandato fixo, independente do governo de plantão; 3. e essa proposta de ser sabatinado pelo congresso, como o presidente da ANATEL, BNDES é uma ótima proposta, mais legitimidade.[...]

### **3.2 Segunda Audiência Pública – 29 de novembro de 2016**

Compõem o debate o relator da comissão, senador Martins PDT/RS, a relatora deputada federal Angela Albino PCdoB/SC e o vice-presidente da comissão, senador Paulo Rocha PT/PA.

A audiência foi presidida por Sâguas Moraes PT/MT e teve a participação de Tereza Cruvinel, jornalista e ex-presidente da EBC, Rita Freire, ex-presidente do Conselho Curador da EBC, destruída pela MP 477/2016, Venâncio Lima, jornalista, sociólogo e professor titular de Ciência Política e Comunicação da UnB, Miguel Ângelo Cançado, presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Akemi Nitahara, representante dos funcionários da EBC, Renata Miele,

jornalista e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDE, e representantes das emissoras públicas; Gilberto Rios – representante da Associação Brasileira das Emissora Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC, e Raúl Zibechi, representante dos Movimentos Sociais.

A audiência se inicia com a fala Rios, da ABEPEC, que argumenta sobre a importância do Conselho Curador e sobre o FISTEL :

Não existe uma comunicação pública sem um conselho. [...] somos pela manutenção do conselho, como ele esta operando ou não é uma outra discussão. [...] já que estamos falando da reestruturação da EBC, não podemos rasgar três coisas, da luta da sociedade brasileira: o 1º. e 2º. Fóruns de Televisão Pública, e por fim a I Conferência de Comunicação Pública (2015), a sociedade brasileira discutiu o modelo da EBC, não surgiu na cabeça de meia dúzia de pensantes, surgiu no conjunto de discussão da sociedade. [...] o que faltou no governo anterior foi vontade política de resolver diversas questões, como o embolho do FISTEL. [...] vamos chamar novamente a sociedade, abrir audiência pública para discutir esse processo.

Na sequência, Nitahara ressalta a importância dos 10 anos de debates do entendimento do que é comunicação pública. Assim, ela cita o ano de 2007 com o II Fórum Nacional de TVs Públicas e a Carta de Brasília, bem como o Seminário Modelo Institucional da EBC, de agosto de 2015, sobre diagnóstico da Empresa, ressaltando o acesso dos serviços de comunicação e informação à população. A proposta de destituição do Conselho Curador, tira a autonomia da TV, bem como ela, critica o fato de a EBC, na atual gestão, estar ligada à Casa Civil. Portanto, há necessidade de maior participação na escolha da presidência.

Na sequência, a fala de Mieli, coordenadora geral do FNDC, reforçando os debates sobre comunicação pública e a Constituição de 1988:

O artigo 223 da Constituição Brasileira, não foram regulamentados pelo Congresso. [...] A lei que criou a EBC é um dos poucos instrumentos de regulamentação do artigo 223, uma conquista histórica, [...] a garantia de espaços e a existência de comunicação pública, pujante e fortalecida. É um dos parâmetros de vários organismos internacionais para medir inclusive a democracia nos países, como a OEA, ONU, UNESCO, indicador de boas práticas na comunicação.

A MP 744/2016 descaracteriza a EBC: 1º. o mandato do diretor presidente não coincida com o presidente da república; 2º. CONSAD, com a presença massiva do executivo, ausência do Conselho Curador.

Em sua fala, Cruvinal, primeira diretora-presidente da EBC (2007-2011), reforça a trajetória histórica da EBC, a partir da Lei nº 11.650/2008, e que esta foi produto de amplo debate, a partir dos três sistemas, e que o próprio Michel Temer votou a favor da devida lei.

[...] Esse sistema público tem 08 anos, a lei tem falhas, não da forma que o governo fez: gestores, conselho instinto, distorcendo a natureza pública da EBC. Aprimoramento da lei da EBC, mas não desta forma. Incongruência da MP, lei ambígua, não tem lógica transformar a Empresa numa agência de comunicação governamental subordinada ao palácio. Restabelecer o Conselho Curador, o Editorial.

**Freire, ex-presidente do Conselho Curador, comentou o momento histórico que a atual gestão está fazendo com a EBC, e de como atuava o Conselho Curador,**

O Ministro da Secretaria de governo, Geddel Vieira, pediu o fechamento da EBC. [...] O Conselho Curador tem reunião ordinária a cada dois meses e extraordinária em emergência. É uma ilegalidade do presidente da república não olhando pela lei. [...] houve encontro das mídias públicas no Rio de Janeiro, de 2015, pelo direito da sociedade ter uma comunicação pública, pelo direito da juventude brasileira exercer a comunicação pública sem submetê-la aos interesses de mercado [...].

**Lima, ex-membro do Conselho Curador, alega a necessidade da formação plural nos meios de comunicação, bem como a inconstitucionalidade da MP 477 e a ausência da regulação do Capítulo V, Da Comunicação Social, artigo 220, da Constituição de 1988:**

A MP 477 torna a comunicação pública em estatal.[...] [Ela] é inconstitucional, destruir a experiência de comunicação pública, o que está em jogo a formação da opinião pública, o meio de comunicação, sua pluralidade, diversidade na formação, competência cívica. Para a opinião pública é necessário opções pluricêntricas dos meios de comunicação.

[...] a comunicação pública falta condições históricas, um equívoco grave, a lógica da comunicação privada na pública, como custos e audiência. Ela [comunicação pública] é um serviço público, atende outros interesses, coisas distintas, é complemento. Interesses de diversidade e pluralidade, formar a opinião pública.

Finalizada a fala dos convidados notórios, inicia-se o processo de perguntas feitas pelo relator senador Martins, endereçadas a cada convidado, que indagam sobre a eficiência do Conselho Curador, o órgão mais bem-sucedido da EBC, a ideia de sabatar o presidente da EBC no Congresso, se é racional um conselho editorial e de programação, medição de audiência, o porquê de empresas terceirizadas quando a EBC tem 2.500 funcionários, qual a participação do Conselho Curador nas gestões, entre outras questões

O senador Rocha faz uma interferência comparando as duas audiências, alegando que nelas o senhor Rimoli baixou o nível, pois a conquista de diversidade na radiodifusão é importante, o acesso à informação é um direito humano. [...] e



defende o presidente e o Conselho Curador.

A deputada Albino, é a primeira a fazer a defesa da comunicação pública, e alega a situação do recurso financeiro.

[...] Fiquei preocupada com atual presidente que não entende não ser nomeado pelo presidente. É porque não entende o caráter de seu cargo, que não é comunicação estatal. [...] Nomes passaram por aqui Claudio Lemos, Beluzzo, Maria da Penha, Vagner Tizzo, Willian Bonner, Delfin Neto, me parece revanchismo.[...] o mais grave é ruptura do Pacto de 1988 , da Constituição. A MP, estamos desconstitucionalizando a comunicação pública no Brasil.[...] uma das condições que teve que ser aprovar a EBC foi o Conselho Curador, para não virar a TV do Lula, o pensamento da época.

[...] nós não temos ainda um comunicação pública no Brasil, esta se construindo e a MP destrói o pouco que se construí ao invés de corrigirmos, a comissão tem que ser corajosa para fazer.

Lima argumenta sobre a possibilidade de haver a sabatina a ser feita ao presidente da EBC no senado, proposta essa do senador Lasier: “esta aperfeiçoa, mas que a presidência não coincida com a do presidente da República, e que o Conselho Curador na sua eficiência foi importante.”

Resposta de Freire: “a efetividade do Conselho Curador deve ser deliberativa”, e em relação à audiência, questiona o IBOPE. Diz que é necessário saber medir a audiência; é necessário tempo de maturação para chegar à audiência.

Para Cruvinel, senador Lasier pergunta: “Se o Conselho Curador teve participação na minha gestão e a forma de participação?”

Conselho Curador que é para cuidar de programação e linha editorial com poderes efetivos. É adequado sim no sistema público de comunicação! Conselho Curador é de programação. [...] Consad é infraestrutura, recurso, contratos. Conselho Curador é observar o conteúdo, recolhe da sociedade e via Ouvidoria, via audiência pública com a sociedade, aquilo que ela gostaria de encontrar da TV pública, ou na rádio ou na agência de notícias. Proponho outra forma de compor o Conselho e não extinguí-lo. [...] Conselho por consulta pública [...] mas ele tem que existir, ter o poder de censura. [...] O conselho interage com a presidência executiva, com a sociedade.

Para Rios, representante da ABEPEC, defende que o presidente saia da sociedade e tenha sabatina. A EBC é a maior janela de produção independente.

Para Miele, na defesa do Conselho Curador:

[...] Nós do FNDC, fazíamos críticas aos mecanismo de participação social. Tem que ter processo de representação. [...] Cuidado para não se tornar auto-indicável, mas mecanismos de participação da sociedade,. O conceito de audiência do mercado não serve para a TV pública, não é suficiente para quantificar e qualificar para a relevância

e a contribuição que uma comunicação pública precisa ter para a prática democrática.

### 3.3 Terceira Audiência Pública – 08 de dezembro de 2016

O senador Lasier inicia propondo a separação do Comitê de Gestão do Comitê de Conteúdos. O Conselho Curador não estava atingindo plenamente seus objetivos. “[...] Se já temos um Conselho de Administração da Gerência, Financiamento e Estrutura, o que precisamos é um Comitê para criação do conteúdo, do editorial e da programação, este é o objetivo que pretendemos com os senhores que irão votar”.

O primeiro parlamentar a falar é o senador Rocha, e relata o conteúdo da carta enviada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos–OEA à Secretária de Direitos Humanos do Brasil, Flávia Piovesan, destinada ao Senado Federal; uma comunicação específica à MP 744, “um conjunto de recomendações e regras [...] com a experiência de estado democrático. A MP 744/2016, relatoria do senador Lasier, retrocede em algumas coisas fundamentais, coloca em risco o processo da democracia”.

Momento em que o senador Lasier argumenta:

O que o senhor propõe agora poderia ter acontecido nas últimas gestões. Tivemos até agora uma empresa de pouquíssimos resultados, inflada de funcionários, [...] traço quase zero, principalmente o carro-chefe que era a TV Brasil.[...] estamos propondo um Comitê Editorial e de Programação que vai se voltar para a essência dessa empresa que é a comunicação social, desvinculada da administração. [...]

A deputada Albino aborda a distinção de comunicação comercial, estatal [...]

[...] A comunicação pública que visa ter expressão popular não a lógica do lucro, nem para o governo, esse é o espírito da comunicação pública! [...] Destaco uma fala que muito me angustia, quanto à audiência. Esse é a mesma coisa que medir a lucratividade do posto de saúde, da escola pública. É outra lógica da comunicação privada para a pública. [...] Peço a Va. Exa. Que reconsidere que as representações de segmentos que vão para o comitê de programação pudessem ser escolhidos mediante chamamento público, e como toda lei que uma instância plural, que tivéssemos regulamento específico sobre a composição do 1º. Comitê.

Em seguida, o senador faz leitura das propostas sobre a audiência da EBC, mediante a construção de indicadores e objetivos consentâneos à natureza da radiodifusão pública, a ser realizada em um ano pelo Comitê (Editorial e de Programação). E sobre o 1º. Comitê:

Evidentemente o regulamento será o presidente da república. [...] o chamamento público de difícil concretização, usa a Internet que o resultado é imprevisível. Já não deu certo na gestão dos 10 anos da

empresa. E feito o 1º. Regulamento o Comitê entrará em ação, ajudará a melhorar, e dirá como os cursos de Comunicação Social, que tem uma associação, essa aponta 3 nomes, lista tríplice, o presidente vai pinçar um nome deste para compor o Comitê, fora isso é muito difícil.

## **4 I VOTAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO DA EBC DECORRENTE DAS AUDIÊNCIAS**

Com o encerramento dos trabalhos da Comissão Mista do Senado, no dia 15 de dezembro de 2016, o texto oficial é remetido ao Senado para sanção. Ao retornar os trabalhos do Senado, em fevereiro de 2017, no dia 7 precisamente, ocorre a votação para a aprovação das alterações na Lei nº 11.652/2008. No dia 8 de fevereiro, é publicada no Diário Oficial do Senado Federal. E, no dia 2 de março, é sancionada a Lei que altera a estrutura da EBC.

Porém, no dia 10 de março de 2017, em Sessão Plenária do Senado Federal, o senador Martins defende a derrubada dos vetos impostos a nova Lei da EBC. Justamente as propostas encaminhadas pelo próprio senador Lasier em relação ao Comitê Editorial e de Programação, em substituição ao Conselho Curador e à proposta de sabatina ao diretor-presidente.

Dentre as razões do veto, em relação ao Conselho Curador está a justificativa, segundo Martins, de “buscar conferir maior flexibilidade e eficiência de gestão à EBC, recomendando-se assim o veto ao caráter deliberativo e cogente do recém instituído Comitê Editorial e de Programação e aos dispositivos conexos.”

Em relação ao diretor-presidente ser sabatinado pelo Senado proposta da Comissão Mista, o veto expõe que: “Os dispositivos não se conformam com o atual regime jurídico das empresas estatais, que estabelece eleição de seu corpo diretivo pelo respectivo Conselho de Administração, bem como regula o prazo de gestão dos diretores, a teor da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.”

O senador Martins argumenta tais decisões, e declara: “manifesto desacordo e grande surpresa com os vetos apostos pelo presidente da República, diante das reuniões de trabalhos com a Comissão Mista, como a sabatina do diretor-presidente passasse pelo Senado”. E prossegue:

[...] O pronunciamento que faço aqui senadores, é justamente para expressar contrariedade com a decisão do executivo, do Sr. Presidente da República de deixar de acatar as contribuições que todos trouxemos.[...] que o nome do diretor presidente fosse aprovado pelo Senado Federal, como já é previsto para cargos de agências reguladoras, embaixadores, presidente do Banco Central. [...] Pois não deu!

O senador frisou o que já vinha sendo alertado pela Comissão Mista sobre a

eliminação do Conselho Curador e o cargo de diretor-presidente:

A nossa proposta qual foi? Criação de um Comitê Editorial e de Programação de caráter consultivo e deliberativo. [...] composto por membros indicados por entidades representativas [...] assegurar que a programação proposta pela diretoria da EBC cumprisse os principais objetivos da comunicação pública. [...]a nova lei resulta a existência de um Comitê meramente figurativo. [...] dá carta branca a diretoria da Empresa [...] sem qualquer participação da sociedade civil. [...] Volta-se a caracterização da EBC como uma empresa dedicada à comunicação estatal, e não mais [fala 3x] a comunicação pública. Temos que por fim ao falso entendimento de que a coisa pública é necessariamente do governo. Não é isso!! E cumprir o mandato previsto no caput do art. 223 da Constituição Federal que prevê a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal de comunicação.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Constituição de 1988, houve um crescimento de entidades da comunicação preocupadas em estabelecer o debate contínuo sobre a radiodifusão no país. Porém, as atuais decisões na esfera federal têm sido traduzidas em retrocessos para se construir uma efetiva autonomia da Empresa Brasil de Comunicação –EBC.

O imposto governo de Michel Temer (MDB/SP) alterou a Lei da EBC n. 11.652/2008, a partir da MP 744/2016. Dessa medida, formou-se a Comissão Mista, Câmara e Senado, para instruir a matéria. Os trabalhos realizados, de setembro a dezembro de 2016, ocorreram de forma acelerada, comprometendo o caráter público da Empresa, em dois aspectos: o mandato do diretor-presidente, passando a coincidir com o mandato do presidente da República; e a destituição de todos os 22 membros do Conselho Curador, responsável pela representação da sociedade civil na Empresa na tomada de decisões de programação.

Na defesa da comunicação pública, na segunda e terceira audiências públicas, o presidente da Comissão Mista, senador Paulo Rocha PT/PA, enfatiza a conquista de diversidade na radiodifusão e, defendeu o mandato do presidente da EBC não coincidir com do presidente da República, além da manutenção do Conselho Curador. A relatora da comissão, deputada Angela Albino PCdoB/SC, defendeu estes requisitos pois, da forma como procedem os encaminhamentos da MP 744/2016, estes estariam desconstitucionalizando a comunicação pública no Brasil e, solicita que reconsidere o chamamento público.

A nova lei da EBC, Lei nº 13.417/2017, aprovada em fevereiro de 2017, retirou a possibilidade do diretor-presidente ter autonomia em relação aos governos de plantão. E para o Conselho Curador, além da extinção de seus representantes, houve a tentativa de substituir pelo Comitê Editorial e de Programação, prática esta

vetada pelo próprio presidente da República, conforme relatou o próprio relator da Comissão senador Lasier Martins PSD/RS. O resultado foi tornar de fato a Empresa em estatal, corroborando o princípio de complementaridade do sistema de radiodifusão pública no Brasil, previsto na Constituição.

Para concluir, ao final de abril de 2018, após dois anos de alteração da EBC, o CONSAD, aprovou a retirada da palavra “pública” dos objetivos da empresa, cuja estratégia é “fortalecer a comunicação de Estado”, além de autorizar a Empresa a servir ao mercado. Em resposta, movimentos de democratização da mídia em defesa da EBC e personalidades, como ex-diretores-presidentes, ex-integrantes do Conselho e ex-ministros da Secom lançaram um Manifesto em Defesa da Comunicação Pública “reinterando o caráter fundamentalmente da comunicação pública como pilar de uma sociedade democrática e plural, conforme preconiza a nossa Constituição Cidadã” (Blog Memória Conselho Curador).

## REFERÊNCIAS

BLOG Memória Conselho Curador. EBC sequestrada por Temer. É preciso devolvê-la à sociedade. Em 27 de abril de 2018. Disponível em: <<http://conselhocurador.ciranda.net/blog/ebc-sequestrada-por-temer-e-preciso-devolve-la-a-sociedade>>. Acesso em: mai. 2018.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. SP: Companhia das Letras, 2015.

CARVALHO, Guilherme. Um retrato da pesquisa em mídia pública no Brasil. **Intercom** – RBCC. São Paulo, v.39, n.3, p.135-153, set./dez. 2016.

CRUVINEL, Tereza. **Carta aberta ao presidente interino, Michel Temer**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/05/carta-aberta-ao-presidente-interino-michel-temer-6239.html>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicação. Disponível em: <[http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialtrib/pagina\\_2.asp](http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialtrib/pagina_2.asp)>. Acesso em out. 2017.

TV SENADO. Senado aprova MP que reestrutura Empresa Brasil de Comunicação e matéria vai à sanção. Projeto de Lei de Conversão 35/2016. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/TV/Video.asp?v=440585>>. Transmitido ao vivo em 07 fev. 2017. Acesso em: abr. 2017.

TV SENADO. Audiência Pública interativa para debater a MP 744/2016, que trata da reestruturação da EBC. Disponível em: <<https://youtu.be/OzyV467iIM0>>. Transmitido ao vivo em 24 de nov. de 2016. Acesso em: abr. 2017.

TV SENADO. Apreciação do relatório da MP 744/2016, que dispõe sobre a reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bRDzBoS82aM>>. Transmitido ao vivo em 8 de dez de 2016. Acesso em: abr. 2017.

TV SENADO. A Comissão Mista da MP 744/2016, que trata da reestruturação da EBC, promove audiência interativa para debater a proposta. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=-xpR-EkO09Q>>. Acesso em: abr. 2017. Transmitido ao vivo em 29 de nov. de 2016. Acesso em: abr. 2017.

TV SENADO. Lasier Martins defende derrubada de vetos a texto que altera funcionamento da EBC. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=dqJ7riA5Wg4&feature=youtu.be>>. Acesso em: abr. 2017. Publicado em 10 de mar de 2017.

OBSERVATÓRIO da Radiodifusão Pública na América Latina. TV Brasil. Disponível em: <<http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/plataforma-multimedia-sp-1604243551/304-brasil/tvs/476-tv-brasil-brasilia>>. Acesso em ago. 2017.

OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA. Livro “Em defesa da comunicação pública” reúne entrevistas inéditas com pesquisadores sobre o tema no Brasil. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/490/livro->>. Acesso set. 2017.

LEI nº 13.417, DE 1º DE MARÇO DE 2017, Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13417-1-marco-2017-784396-norma-pl.html>>. Acesso em: set. 2017.

RUIZ, Gabriel P. **A EBC no Governo Temer**: desmonte e institucionalização da censura. Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão. Curitiba, set. 2017.

VALENTE, Jonas. Sistema Público de Comunicação do Brasil. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. SP: Paulus, Intervevoz, 2009. (Coleção comunicação).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agência Brasil 3, 4

### B

Big data 116, 117, 122, 124, 125, 127, 128

### C

Ciberativismo 129

Cibercultura 116, 117, 119, 121, 126, 127, 128, 155, 157, 158, 159, 160, 171, 172, 173

Comunicação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 59, 60, 61, 63, 66, 67, 72, 74, 75, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 131, 133, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 180, 185, 187, 192, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 256, 257, 259

Comunicação organizacional 116, 117

Comunicação política 1, 98

Comunicação pública 1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17

Comunicação social 3, 9, 11, 13, 14, 31, 32, 33, 36, 39, 40, 42, 44, 140, 161, 171, 185, 199, 225, 259

Comunicação ubíqua 157, 173

Cristiano Araújo 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198

Culturas populares 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94

### D

Documentário audiovisual 32, 33, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 46

### E

Educação superior 200, 209, 210

Empresa Brasil de comunicação 1, 2, 3, 4, 5, 15, 16

Engajamento 200, 202, 203, 208, 209, 210, 212, 233

Erfahrung 75, 76, 81, 82, 85

Erlebnis 75, 76, 81, 82, 85

Estéticas da comunicação 2

Estéticas da comunicação no Brasil 2

Estratégia 16, 104, 109, 110, 111, 166, 188, 193, 198, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236

Estratégias de comunicação 23, 117, 158, 167, 171

Estudo de recepção 18, 24

Extra 9, 148, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197

## **F**

Fake News 227, 228

Feminismo 129, 131, 134, 241

## **H**

HQ's 129, 133, 135

## **I**

Interacionismo 32, 33, 39, 44, 63

## **J**

Jornalismo 4, 9, 19, 20, 30, 31, 37, 49, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 144, 186, 213, 252, 259

## **L**

Linguística aplicada 32, 33, 39, 42, 46

## **M**

marketing digital 227, 228, 229, 231

Marketing eleitoral 227, 228, 229, 230, 234

Memes de internet 200, 202, 203, 207, 208, 210, 212

Memória 16, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 93, 148, 154, 175, 176, 177, 182, 184

Mídia e política 147

Migrantes e refugiados venezuelanos 47, 48, 52, 54, 56

Música sertaneja 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 186, 193, 195

## **N**

Narrativa noticiosa 59

Noticiabilidade 59, 60, 63, 64, 69, 72, 186, 197

## **O**

O Globo 141, 179, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197



## **P**

Pierre Bourdieu 186, 187, 192, 197, 199

Política 1, 8, 9, 66, 74, 79, 85, 95, 98, 105, 106, 107, 108, 140, 145, 147, 175, 176, 177, 179, 181, 185, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 227, 228, 229, 231, 233, 244, 245, 251

Produção audiovisual 32, 33, 36

Publicidade 6, 65, 140, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 232

## **R**

Rádio MEC FM 4

Representação de gênero 226

## **S**

Semiosfera 175, 176, 177, 181, 185

Sexismo 129

Sociodiscursivo 32, 33, 39, 44

## **T**

Tecnologias 2, 60, 71, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 145, 146, 150, 155, 161, 162, 163, 173, 185, 195, 201, 206, 207, 208, 214, 238, 247, 248, 249, 256, 257

Televisão 4, 10, 19, 20, 28, 62, 76, 92, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 179, 187, 189, 190, 199, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 229, 238

Transmídia 142, 143, 151, 152, 153

TV Brasil 3, 5, 7, 8, 9, 13, 17

TV NBR 4

## **W**

Walter Benjamin 75, 79, 80, 176, 177, 196

Wim Wenders 75, 76, 77, 78, 86

# Tecnologias e Estéticas da Comunicação no Brasil 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Tecnologias e Estéticas da Comunicação no Brasil 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 